REDE
ISSN:1985-5528
Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA FRONTEIRA FRANCO BRASILEIRA: DISTRITO DE VILA BRASIL, OIAPOQUE – AMAPÁ E O PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

Socio-enviromental conflicts in the border of Brasil and France:Vila Brasil district, Oiapoque - Amapá and the Tumucumaque Mountains National Park

Antonio Sabino da Silva Neto[1]
Francisco Otávio Landim Neto[2]

RESUMO:

Este estudo analisa os conflitos socioambientais existentes entre os moradores da sede distrital de Vila Brasil e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – PNMT. Verificou-se que, a vocação da comunidade de Vila Brasil localizada na fronteira franco brasileira deu-se pela iniciativa comercial com os índios Wãpi que habitam a aldeia de Camopi (Guiana Francesa); os conflitos existentes entre a comunidade de Vila Brasil e a administração do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque se desenvolveram a partir da limitação inerente a ocupação e uso do espaço sendo que a permanência da população está condicionada a um conjunto de normas a serem seguidas a saber, proibição da expansão residencial, de roçados e da criação de animais (galinhas, porcos, bois). O diagnóstico participativo demonstrou que processo de criação do PNMT não foi intensamente debatido por meio de consulta pública com a comunidade que por ventura integra a Unidade de Proteção Integral e,é perceptível a ineficiência da participação do Estado brasileiro no que tange a implantação de políticas públicas na Vila Brasil que carece de estruturas de sistemas de saneamento básico e de energia elétrica. Acredita-se que este estudo contribuiu para visibilizar os conflitos e problemas entre a comunidade de Vila Brasil e o PNMT sendo que se faz necessário uma maior presença do Estado brasileiro na implementação de políticas públicas que venham garantir dignidade a população local.

Palavras-chave: Vila Brasil; conflitos; Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; fronteira.

ABSTRACT:

This study analyzes the socio-environmental conflicts between residents of the Vila Brasil community, in the municipality of Oiapoque, and the Tumucumaque Mountains National Park. The research highlights that the vocation of Vila Brasil community, located at the French-Brazilian border, is due to the commercial enterprise of the Wãpi tribe of the Camopi village (French Guiana); the existing conflicts between the community of Vila Brasil and the administrative board of the Tumucumaque Mountains National Park is due to limitations of land occupation and use, taking into account that their stay in the park is conditioned to a set of norms to be followed, such as the prohibition of expanding homes, crops or livestock (such as hen, pigs, cattle). The participatory diagnosis demonstrated that the creation process of the Tumucumaque Mountains National Park was not intensely debated in public hearings with the community, which pertains to the park's protection unit; and, the inefficacy of the Brazilian state in implementing public policies in Vila Brasil is noticeable, which lacks basic infrastructure of sewage and electricity. This study expects to contribute to the visibility of conflicts and problems taking place between the community of Vila Brasil and the Tumucumaque Mountains National Park, and further emphasizes the need for a larger presence of the Brazilian state with public policies, in order to ensure dignity for the local population.

Keywords: Vila Brasil; conflicts; Tumucumaque Mountains National Park; border.

[1]Universidade Federal do Amapá, Brasil. antonio.sabinoneto@yahoo.com
[2]Universidade Federal do Amapá, Brasil. otaviolandim@unifap.br

ISSN: 1985-5528
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05

1. INTRODUÇÃO

A relação entre comunidades e o ambiente é por muitas vezes identificada como harmônica e linear, sendo que os sujeitos sociais são caracterizados por alguns pesquisadores e por órgãos estatais como exemplos de cuidado com a natureza. Foladori; Taks (2004) apontam que problematizar a relação entre homem e meio ambiente se faz necessário para se ultrapassar um discurso esquadrinhado por certezas e preconceitos. Para tanto,busca-se aperfeiçoar as interlocuções interdisciplinares, com o intuito de dialogar e compreender as múltiplas nuances que compõem as complexas realidades que envolvem as relações entre sociedade e natureza.

Através de uma perspectiva interdisciplinar, fundamentada numa análise da ecologia a partir de dois métodos, sendo que o primeiro inerente a etnografia, dispositivo de análise consolidado principalmente pela antropologia (BECKER, 2009). E o segundo, relacionado ao diagnóstico participativo, fundamentado num prisma de compreensão social que visa entender as demandas de comunidades através de inferências externas e internas sobre os problemas e as soluções possíveis de resolvê-los. Ressalta-se que efetivou-se a representação geográfica de localização e dos equipamentos e atividades socioculturais presentes na sede distrital de Vila Brasil a partir da utilização do sistema de coordenadas geográficas, Datum SIRGAS 2000, base cartográfica fornecida pelo Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá – IMAP e base matricial disponibilizada pelo Google Earth (2010).

Neste contexto, analisou-se os conflitos socioambientais existentes entre os moradores da sede do distrito de Vila Brasil e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – PNMT, contextualizando os conflitos que o PNMT exerce na comunidade supracitada. Situado no extremo norte do país, Vila Brasil é banhado pelo rio Oiapoque e caracteriza-se como distrito do município de nome homônimo ao rio. Para acessá-lo é necessário percorrer o trajeto por via fluvial, que se distancia da sede do município a cerca de quatro ou cinco horas de voadeira – embarcação movida a motor de combustão. Diante das indagações elencadas alguns questionamentos fazem-se necessários, dentre eles destacam-se, i) quais são as principais características socioambientais da comunidade que habita a sede do distrito de Vila Brasil, ii) quais foram as mudanças que ocorreram na comunidade após a criação do PNMT? iii) quais são os problemas, limitações e potencialidades identificados por meio do diagnóstico participativo?

Tendo em vista responder as indagações elencadas se faz necessário problematizar a dicotomia entre as ciências sociais e as ciências naturais, ao tecer a reflexão sobre as similitudes e disparidades entre o homem e ambiente como agentes inseridos em contextos conflitantes. É neste sentido que Laraia (2011) aponta que a cultura afigura-se como campo capaz de consubstanciar às ações humanas, ao diminuir o efeito dos instintos, pois institui no agir práticas eminentemente sociais. Assim, o conceito de cultura,em seu aspecto mais amplo,ampara-se na produção de significados sobre as criações e recriações sociais acionadas pelos atores em sua prática cotidiana (BECKER, 2009).

São nas práticas cotidianas que Simmel (2006) assegura que para se chegar ao entendimento da gênese e do desenvolvimento dos conflitos sociais faz-se necessário a compreensões inerentes as micro-relações, fornecendo caminhos para se compreender as configurações existentes entre o social e o ambiental.Ainda conforme Simmel (2006), não é possível pensar a categoria analítica “conflito social” como relação social capaz de ser resolvida, mas sim administrada. A ideia da administração de conflitos institui uma leitura fecunda sobre as arestas na socialização das demandas produzidas pelos atores socais em suas perspectivas conflitantes.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Caracterizado como método por excelência da antropologia, a etnografia se constitui como ferramenta capaz de propiciar um olhar refinado sobre à prática social. Entender como os homens agem e qual

REDE Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
ISSN: 1985-5528
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05

o sentido atribuído a sua ação perpassam o objetivo da experiência etnográfica. Esta experiência, fundamentada na relação com o outro, alicerça-se como um instrumento inacabado, capaz de sofrer mutações a partir das múltiplas perspectivas apresentadas pelos atores sociais no campo pesquisado quando estes entram em contato com o universo categorial do pesquisador. É neste sentido que se aponta a necessidade de não se distanciar de uma perspectiva etnográfica como ferramenta cristalizada, algo acabado e apenas pronto para uso. Conforme Aquino; Magnani (2012, p.172) os pesquisadores "experimentam [a etnografia] de uma maneira e se não dá certo, aí eles adaptam, ampliam, escolhem" a melhor forma de utilizar o referido método em seu campo de pesquisas.

Cardoso de Oliveira (2012) argumenta que o método etnográfico possui três características fundamentais, as quais são: "olhar, ouvir e escrever", cuja construção metodológica posiciona-se como trilha para a elaboração do trabalho de campo. O olhar e o ouvir atento e treinado são capazes de propiciar leituras frutíferas sobre as representações sociais alicerçadas na dicotomia entre o homem e ambiente, pronunciadas pelos atores em análise. Categorizar estas demandas é uma tarefa árdua para o pesquisador, sendo necessária a sistematização escrita para se interpretar a organização social em análise.

Como define Bourdieu (2011), o pesquisador é o indivíduo que em suas observações vai além dos olhares nativo e estrangeiro, ao fugir das definições românticas sobre uma dada cultura. Assim, busca definir "os mecanismos de reprodução do espaço social e que ele acha que pode representar em um modelo que tem a pretensão de validade universal" (BOURDIEU, 2011, p. 15). Metodologicamente, o pesquisador, fundamenta sua análise na busca de identificar "nas particularidades das histórias coletivas diferentes" (BOURDIEU, 2011, p. 15) como as disposições do jogo se entrelaçam e constituem a validação de um habitus. É neste sentido, numa perspectiva etnográfica, que buscou-se analisar o invariante na variedade observada a partir de percepções que levaram em consideração as informações indicadas pela comunidade mediante a elaboração de um diagnóstico participativo.

Nas últimas décadas tem-se observado a utilização de metodologias e técnicas voltadas para a aquisição e organização de informações acerca de problemas que atingem a sociedade. As ações de diagnósticos visam conhecer a realidade em suas múltiplas dimensões, a esse respeito Mendes (2016, p.38) assegura que a etapa de diagnóstico é necessária ao"[...] planejamento, visto que se deve ter um entendimento do todo (natural e social) com uma visão holística. Quando não há uma percepção de modo integrado podem-se ter decisões inadequadas com resultados insatisfatórios.

É neste contexto que o diagnóstico participativo afigura-se numa estratégia democrática voltada a partilha e discussões dos temas que estão atingindo determinado grupo social presentes no território compreendido como "[...] fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão" (GOTTMANN 2012, p. 525). A esse respeito Costa (2016, p. 45 e 46) salienta que,

> As características do território são modificadas através das atividades antropogênicas que alteram a dinâmica natural do ambiente, afetando as condições de vida da população. Tendo em vista compreender a gênese e evolução das mudanças faz-se necessário a efetivação de ações inerentes ao estabelecimento do diagnóstico participativo.

O território é constituído por uma multiplicidade de imagens, representações, imaginários e sentidos que ultrapassam a realidade objetiva, podendo ser compreendido como uma construção social que possui fundamentos nas significações e usos atribuídos por sujeitos no cotidiano (CARBELLEDA, 2012). Nesse contexto faz-se necessário a compreensão entre as relações territoriais fronteiriças entre a comunidade que habita a sede distrital de Vila Brasil e os indígenas da aldeia Camopi.

REDE Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
ISSN: 1985-5528
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05

3. RELAÇÕES NA FRONTEIRA FRANCO BRASILEIRA ENTRE A COMUNIDADE DE VILA BRASIL E A ALDEIA INDÍGENA CAMOPI NO CONTEXTO DOS PARQUES NACIONAIS

Junto ao Parque Nacional do Cabo Orange, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – PNMT forma, às margens do rio Oiapoque, um imenso exemplar da biodiversidade amazônica. Em seus limites, além de Oiapoque, integram os municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. Não obstante, várias comunidades indígenas complementam este amplo corredor rico em biodiversidade, correspondendo a cerca de 60% da área total do estado, sendo por isso o Amapá a unidade federativa caracterizada percentualmente como a maior em preservação ambiental do Brasil (MELO; IRVING, 2012).

Somado ao contexto de preservação ambiental, o PNMT apresenta outras demandas políticas e culturais, especificamente alicerçadas pela fronteira com a Guiana Francesa. Primeiro, as nações, sendo independentes em suas escolhas de como lidar com o meio ambiente, atribuem normas distintas e por vezes conflitantes de preservação e contato entre sociedade e natureza. Este contexto político está alicerçado na composição de um Estado nacional, que propicia um debate contundente quanto à criação de um habitus vinculado ao contato às regras compartilhadas pelo que Weber (2004) denomina de comunidade política. Esta diferenciação pode ser vista a partir de duas comunidades que se encontram no meio do debate aqui apresentado, que são Vila Brasil e Camopi.

Em sua estrutura organizacional, no ano de 2005, Vila Brasil (Figura 1) possuía 164 habitantes, a igreja de Santo Antônio, cerca de oito estabelecimentos comerciais e uma pousada, além de algumas casas (FIGUEIREDO, 2005). Atualmente, na sede do distrito de Vila Brasil, encontra-se mais de 20 comércios, principalmente vinculados à venda de gêneros alimentícios e vestuários, uma pousada e muitos bares. Além da igreja católica, verifica-se a existência de uma congregação da Assembleia de Deus. Segundo levantamento informado pela Associação de Moradores de Vila Brasil, no ano de 2016, a comunidade possuía pouco mais de 250 habitantes, sendo 2/3 homens.

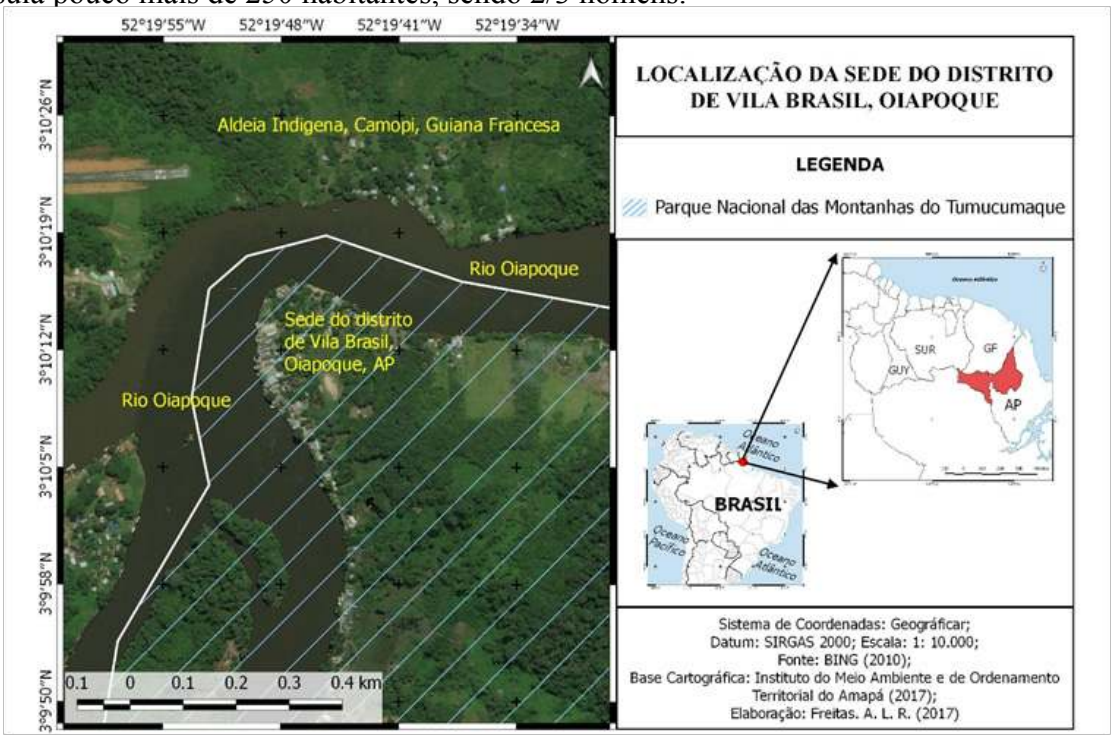


Figura 1: localização da sede do distrito de Vila Brasil, Oiapoque - Amapá.
Fonte: Elaboração dos autores.

REDE Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
ISSN: 1985-5528
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05

Segundo Palhares (2016), a vocação da comunidade, desde a sua consolidação por brasileiros, se deu pela iniciativa comercial. Surgida nos anos trinta do século passado, "por meio de serviços oferecidos à proteção dos índios, e que hoje a localidade sobrevive das relações comerciais entre os próprios moradores e os índios Wãpi" (PALHARES, 2016, p. 114). Nesse sentido, Melo; Irving (2012) ainda asseguram que a dinâmica inerente a relação entre os moradores da Vila Brasil e os indígenas franceses apresentam um conjunto de desafios no que concerne a gestão de um parque nacional localizado na Amazônia. Tal fato ocorre devido as intensas relações comerciais sendo que os índios se deslocam para efetivarem compras representando a principal fonte econômica de Vila Brasil.

Os índios habitam a aldeia de Camopi, abrigada à margem francesa do rio Oiapoque. Em Camopi, conforme relatos de moradores infere-se a existência de pouco mais de três mil habitantes, encontra-se uma rede de esgoto consolidada, duas escolas, ginásio poliesportivo, além de uma central de tratamento de água, destaca-se também um baobá de mais de 50 metros, existente no meio da praça central, que abriga debaixo de sua copa o túmulo dos dois primeiros prefeitos da aldeia, símbolo da comunidade.

A Vila Brasil e Camopi estão localizadas dentro de duas unidades de conservação ambiental, respectivamente o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Amazônico da Guiana. Desde a criação do PNMT em 2002, o distrito de Vila Brasil está situado na referida Unidade de Conservação, o que gera intensos debates tanto entre a própria comunidade como também com o Governo Federal, considerando que a permanência de moradores dentro dos parques nacionais não é permitida (MELO; IRVING, 2012).

Em Vila Brasil agrava-se tal problema, pois os órgãos de fiscalização, como a Polícia Federal, o Exército Brasileiro e o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) não identificam o distrito como comunidade tradicional, mas sim como entreposto para garimpo (SOARES; CHELALA, 2009). Esta discussão está presente no cotidiano tendo em vista que nos parques nacionais brasileiros é vetada a existência da presença humana, considerando-se fundamental para a preservação dos ecossistemas tendo a necessidade da remoção daquelas comunidades que habitavam os locais anteriormente às suas fundações.

Diferenciando-se da perspectiva dos parques brasileiros, o modelo de gestão na França possui normas diferenciadas sobre a relação entre homem e ambiente, tendo em vista que em seus Parques Nacionais são distinguidas duas categorias de ocupação territorial de preservação, denominados de espaços de coração e de áreas de adesão (MELO; IRVING, 2012). Nos espaços de coração o rigor com a presença humana é similar ao brasileiro, contudo, nas áreas de adesão, permite-se a presença de moradores. No caso específico do Parque Amazônico da Guiana, as áreas de adesão são demarcadas levando-se em consideração às margens do rio Oiapoque, permitindo-se a ocupação e usufruto do território até o limite de 2000 metros. Na existência de um núcleo urbano consolidado, como é o caso de Camopi, este limite estende-se a 6000 metros (MELO; IRVING, 2012).

A partir do contexto explicitado verificou-se a necessidade de compreender os fatores que culminaram com os conflitos entre a comunidade da Vila Brasil e o Parque das Montanhas do Tumucumaque para tanto efetivou-se um diagnóstico participativo fundamentado na construção de quatro matrizes, a saber, problemas, limitações, potencialidades e proposições.

4. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO: COMPREENSÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE A COMUNIDADE DA SEDE DISTRITAL DE VILA BRASIL E O PARQUE NACIONAL DAS MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

As ações referentes ao diagnóstico corresponderam a um mecanismo introdutório de aproximação que permitiu a partilha e discussões coletivas das situações presentes no território. O diagnóstico

REDE Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
ISSN: 1985-5528
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05

ocorreu a partir da construção de debates críticos (Figura 2) acerca das problemáticas presentes no cotidiano da comunidade que habita a sede distrital de Vila Brasil.



Figura 2: Mosaico de fotografias representativas da construção do Diagnóstico Participativo na sede do distrito de Vila Brasil. **Fonte**: Landim Neto, 2017.

Os conflitos existentes entre a comunidade de Vila Brasil e a administração do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque se desenvolvem a partir da ocupação e uso do espaço reivindicado. Exacerbados pelas demandas distintas das duas partes envolvidas neste conflito socioambiental, destacam-se dois discursos proeminentes de parte a parte. De um lado, a administração do Parque do Tumucumaque defende que seu uso deve ser restrito às atividades de pesquisa e preservação do meio ambiente, pondo-o como um santuário de cuidado da fauna e flora amazônica, alicerçando seu posicionamento pela lei 9.985 de 19 de julho de 2000, que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que institui que nos sistemas de proteção integral não se admite a existência da presença humana organizada como comunidades urbanas ou rurais.

Aos moradores de Vila Brasil, emerge o discurso de antecedência da comunidade à criação do Parque, em 2002. Em relatos apontados pelos nativos, indica-se a presença na região de brasileiros migrantes entre as décadas de 1970 e 1980, além de indígenas ainda no início do século XX, que se utilizam do local para a realização de suas atividades de plantio e de pesca.

Conforme elencado no Quadro 1 a dualidade de discursos apresenta um impasse na concessão de direitos e deveres daqueles que residem no Parque do Tumucumaque, tendo em vista a tentativa de garantir a preservação do meio ambiente ao mesmo tempo em que uma comunidade ocupa o espaço a ser preservado. Para os moradores de Vila Brasil a referida demanda pode ser resolvida pelo poder público em suas três esferas. Os moradores, ao observar para o outro lado do rio, veem a aldeia de Camopi como espelho para que o governo brasileiro possa intensificar políticas públicas na comunidade.

Parte dos conflitos sociais são exacerbados pelas condições diferenciadas quanto aos dois contextos situacionais de interação entre o homem e o meio ambiente. Neste sentido, a relação com o parque supracitado é uma das principais disputas que são efetivadas pelos moradores das duas comuni-

dades. Inseridas num contexto internacional de preservação da biodiversidade, cujo objetivo é engendrar mecanismos de proteção e de promoção da Amazônia, Vila Brasil e Camopi passam por situações diferenciadas de manejo do espaço ocupado, tendo em vista a legislação dos países que integram. Cada país, sendo autônomo em suas decisões de como lidar com seus parques nacionais, atribuem normas distintas de preservação e de contato do homem com a natureza.

As problemáticas apresentadas pela comunidade não se destacam somente nos embates com a administração do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Demandas por escolas de qualidade, desvencilhando-se de um sistema modular e com maior estrutura nas salas de aula, com alimentação para os jovens que frequentam a instituição de ensino.

A segurança enquadra-se como um dos principais temas abordados pelos moradores locais. Os furtos, principalmente nas casas, destacam-se como corriqueiros na sede do distrito. Os moradores informam que algumas pessoas são identificadas como as responsáveis por estes arrombamentos, e que as lideranças comunitárias dialogaram com estes moradores buscando administrar os conflitos vinculados ao dano ao patrimônio dos habitantes locais. Outra estratégia apontada pelos moradores seria o envio de policiais militares, em regime rotativo, para a localidade. Tal medida já havia sido efetivada, porém há quatro anos foi suspensa a vinda de policiais militares. Atualmente o exército realiza patrulhas na comunidade.

Outro assunto debatido como temática da segurança pública entre os moradores é o alcoolismo. Pelas intensas relações comerciais entre franceses e brasileiros, um produto de elevada rotatividade nas vendas são as bebidas alcoólicas, especialmente vendidas a menores de idade. De parte a parte, franceses e brasileiros acusam a culpa do alcoolismo para o outro. Aos franceses, surge a defesa de que se os brasileiros não vendessem seus produtos para os jovens este problema seria resolvido. Em outra vertente, os brasileiros apontam que só existe o produto para venda porque os franceses o procuram. Nesta demanda situacional, os dois lados do rio exigem uma maior presença do poder público para mediar os conflitos promovidos pelas duas partes.

Ressalta-se a necessidade de incluir nas reflexões um questionamento proposto por Soares; Chelala (2009), sendo que o processo de criação de uma unidade de conservação deve ser intensamente debatido por meio de consulta pública com as comunidades que por ventura integram o equipamento, sendo estas tradicionais ou não,devem obter do poder público as informações necessárias para a efetivação de políticas ambientais que no contexto do Sistema de Unidades de Conservação – SNUC.

Doravante, o diagnóstico participativo realizado junto à população local vinculada a associação dos moradores do distrito de Vila Brasil está contextualizado na análise dos conflitos existentes entre eles e o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, tendo em vista que oficialmente o distrito supracitado está inserido no Parque que afigura-se como Unidade de Proteção integral sendo incompatível com as atividades de uso e ocupação do solo por grupos sociais. A esse respeito Palhares (2016) acentua que, a instituição do parque nacional alterou a rotina da comunidade da Vila Brasil tendo em vista que limitou-se os usos das terra proibindo-se as atividades de áreas agricultáveis.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO permite que a população permaneça no local, tendo em vista que Vila surgiu na década de 1930, período anterior a criação do Parque (PALHARES, 2016). Ressalta-se, porém que a permanência está condicionada a um conjunto de normas a serem seguidas, saber, proibição da expansão residencial; roçados; criação de animais (galinhas, porcos, bois) tal contexto está propiciando a existência de conflitos sociais entre a comunidade e a gestão do Parque. O Quadro 1 apresenta a matriz do diagnóstico participativo elaborado pela comunidade que habita a sede distrital de Vila Brasil contendo os problemas, limitações, potencialidades e proposições.

REDE Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
ISSN: 1985-5528
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO			
PROBLEMAS	LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES	PROPOSIÇÕES
❖ Modo de criação do PNMT. ❖ Falta de infraestrutura na educação. ❖ Falta de saneamento básico. ❖ Ausência de controle de endemias. ❖ Falta de segurança pública. ❖ Venda de bebidas alcoólicas e drogas em geral para menores de idade. ❖ Falta de energia elétrica. ❖ Abandono do poder público. ❖ Falta de comunicação (telefonia fixa). ❖ Ação da polícia francesa na "Gran Roche" (impedimento de circulação de embarcações).	❖ Logística de transporte. ❖ Falta de diálogo entre a gestão do PNMT e a comunidade. ❖ Construção de casas. ❖ Criação de animais (bovinos e suínos). ❖ Não é permito a expansão da utilização do solo para práticas agrícolas. ❖ Não regularização dos alvarás dos estabelecimentos comerciais.	❖ Comércio. ❖ Turismo. ❖ Agricultura (açaí, mandioca, fruticultura). ❖ Pesca. ❖ Artesanato.	❖ Presença efetiva do Estado brasileiro. ❖ Consulta a comunidade de Vila Brasil sobre o PNMT. ❖ Infraestrutura adequada para a Escola de Ensino Fundamental presente na comunidade. ❖ Construir um aterro para destinação do lixo (plano de controle ambiental e plano de recuperação de áreas degradadas). ❖ Estrutura completa para o posto de saúde. ❖ Posto fixo com policiais. ❖ Inclusão da Vila Brasil e Ilha Bela no projeto Eletronorte. ❖ Implementação de comunicação. ❖ Delimitação da área territorial da Grand Roche que permita a circulação das embarcações brasileiras. ❖ Orientação e profissionalização levando-se em consideração as potencialidades.

Quadro 1: Matriz do Diagnóstico Participativo - problemas, limitações, potencialidades e proposições.

Conforme a verificação in loco pode-se perceber a existência de equipamentos e atividades sócio culturais presentes na sede do distrito da Vila Brasil (Figura 3) que são importantes dimensões que contribuem para a fortificação das relações comunitárias. Nesse sentido elencam-se, i) a igreja católica de Santo Antônio representando uma importante matriz da religiosidade local, ii) a pousada destinada a recepção de turistas, iii) o posto de saúde que atualmente encontra-se inutilizado por falta de equipamentos e profissionais para o atendimento da comunidade, iv) a banicultura utilizada para o consumo de subsistência e o excedente é comercializado na Vila Brasil e no Camopi, v) o cultivo de mandioca destinado a subsistência e venda no comércio local, vi) Igreja Assembleia de Deus, que se destaca como importante congregação religiosa presente na comunidade, vii) roçados de policultura com a presença das culturas do milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, destinados a subsistência, viii) cultivo de abacaxi voltado a comercialização local, ix) Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Pastor que atual atende os estudantes do Ensino Fundamental I e, x) campo de futebol espaço voltado para atividades esportivas que afiguram-se importantes para a fortificação das relações de sociabilização entre a comunidade.

REDE Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
ISSN: 1985-5528
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05



Figura 3: Equipamentos e atividades socioculturais presentes na sede do distrito de Vila Brasil, Oiapoque, Amapá. **Fonte**: Elaboração dos autores.

A população da sede distrital de Vila Brasil que não desenvolve atividades comerciais é constituída por pequenos agricultores e prestadores de serviços. Verificou-se a existência de visitas turísticas informais por estrangeiros, com mais intensidade nos feriados nacionais franceses e finais de semanas. A agricultura é desenvolvida em pequena escala no lado brasileiro (roças de mandioca, milho e feijão) sendo utilizadas para o abastecimento local em ambos os lados da fronteira.

É perceptível a ineficiência da participação do Estado brasileiro no que tange a implantação de políticas públicas na Vila Brasil que carece de estruturas voltadas a implementação de sistemas alternativos de saneamento básico ede energia elétrica.As estruturas existentes voltadas ao abastecimento de água compreendem poços particulares voltados a atendimento dos domicílios.

A matriz energética da comunidade é constituída por geradores de energia elétrica a diesel de propriedade particular, conforme verificações in loco constatou-se a presença de 28 geradores em funcionamento na comunidade.A Vila Brasil, segundo lideranças locais, é a única comunidade de Oiapoque que não foi incluída no programa Luz Para Todos do Governo Federal. Os moradores consideram-se desprestigiados pelo poder público, que segundo as demandas apresentadas, os excluem do município.

Outro problema encontrado na comunidade está relacionado aos depósitos dos resíduos sólidos produzidos, associado com a emissão dos efluentes domésticos que são lançados diretamente no rio. Segundo a presidência da Associação de Moradores, o ICMBio destinou um espaço específico para que todo os resíduos sólidos pelos moradores possam ser acumulados, sendo esta área de antigos garimpos já desativados. Destaca-se também a precariedade do espaço destinado à coleta de lixo, que não possui estrutura adequada principalmente para o período chuvoso, momento em que quase todo o material acumulado é levado ao rio pelas fortes chuvas.

REDE Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
ISSN: 1985-5528
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado, Vila Brasil é um distrito de difícil acesso, situado no extremo norte do país, que se configura como caso exemplar de conflitos entre os órgãos governamentais e as comunidades locais sobre o uso e ocupação de territórios protegidos por lei, a exemplo dos Parques Nacionais. Na última década, o distrito viu eclodir um embate sobre a sua permanência no território ocupado, pois destacavam sua existência ao comércio ilegal de ouro.

Não obstante, destaca-se que no discurso presente nos questionamentos dos moradores de Vila Brasil salvaguarda uma aparente dubiedade quanto a presença do Estado. Ao mesmo tempo que se exige a não interferência do Estado nas atividades cotidianas da comunidade, como a construção de casas e outras atividades econômicas, também se exige dos órgãos estatais uma maior presença no cuidado à saúde, a educação e a segurança da comunidade. Para os moradores, o papel do Estado no âmbito da comunidade deveria sair de um posicionamento repressivo, sendo voltado as demandas comuns locais.

Em Vila Brasil se enquadram problemas que precisam de maior atenção do Governo Federal no cuidado com a comunidade, como: i)necessidade de preservação e conservação doambiental ao mesmo tempo em que se consiga respeitar a permanência de comunidades que habitavam o território antes do Governo Federal demarcá-lo como Parque Nacional; ii) mesmo em litígio, a população local reivindica que o Estado deve manter serviços básicos de demanda social, como saúde e educação, não obstante deve também buscar resolver os impasses através de processos dialogais, em que ambas as partes possam apresentar suas demandas; iii) a comunidade de Vila Brasil deve buscar suas potencialidades econômicas, que podem ajudá-la a coexistir com boas práticas de cuidado com o meio ambiente.

Destaca-se como principal atividade econômica a ser desenvolvida o turismo ecológico, voltado principalmente ao público estrangeiro, o que poderia propiciar ao distrito de Vila Brasil reconhecimento internacional de convivência com o ambiente mais conservado.

Como proposta, a sede distrital de Vila Brasil poderia ser desmembrada do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, existindo entre os dois espaços uma área de amortização. Com limites bem definidos, seria possível existir uma interação maior e mais profícua entre comunidade e ambiente garantido a permanência da população local no território ocupado historicamente e subsidiando ações voltadas a conservação ambiental com a participação do Estado brasileiro, universidades e associações de moradores locais.

ISSN: 1985-5528
DOI: 10.22411/rede2017.1101.05

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. P. D; MAGNANI, J. G. C. A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa... que se pode usar de qualquer maneira. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul/dez, 2012, p. 169 – 178.

BECKER, H. S. **Falando de sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009. 312 p

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC: 3. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2003.52p.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2011. 224p.

CARBALLEDA, A. J. M. Cartografías e Intervención en lo social. In: TETAMANTI, M.D (Org). **Cartografía social**: investigaciones e intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación. 1a ed. – Comodoro Rivadavia: Universitaria de la Patagonia, 2012. 162p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do Antropólogo**. São Paulo: Paralelo Quinze / Editora da UNESP, 220p.

COSTA, N. O. **Cartografia Social**: Instrumentos de luta e resistência no enfrentamento dos problemas socioambientaisna Reserva Extrativista Marinha e Continental da Prainha do Canto Verde, Beberibe – Ceará. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. 2016, 158p,

FIGUEIREDO, S. S. **Levantamento Sócio – econômico da Área de Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque**. Macapá: ARPA/FUNBIO/MMA, 2005.115p.

FOLADORI, G; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. In: **Mana**, nº 40 vol. 2, 2004, p.323-348.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.3, 2012, p. 523-545.

LARAIA, R. **Cultura**: um conceito antropológico. Paralelas, Rio de janeiro, 2011. 60p.

MELO, G. M; IRVING, M. A. Parques nacionais na fronteira amazônica: uma leitura da percepção local sobre a gestão dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange (AP – Brasil). In: **Geografias**, Belo Horizonte, julho-dezembro de 2012.

MENDES, J. S. **Parques eólicos e comunidades tradicionais no nordeste brasileiro**: estudo de caso da comunidade de Xavier, litoral oeste do Ceará, por meio da abordagem ecológica/participativa. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. 2016, 160p.

PALHARES, J.M. **Educação ambiental e sustentabilidade**: o caso de Vila Brasil no município de Oiapoque Amapá-Brasil.REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA, v. 10, n. 2,2016, p. 108-119.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR editor, 2006.118p.

SOARES, C.L; CHELALA, C. O caso de Vila Brasil no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, nº 2. Dez. 2009, p.1-20.